



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.144, DE 2024

(Do Senado Federal)

Ofício nº 1144/24 - SF

Dispõe sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Dispõe sobre regras aplicáveis às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São convalidados os reajustes concedidos às vantagens pessoais nominalmente identificáveis dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas pelas Leis nºs 11.170, de 2 de setembro de 2005, 12.779, de 28 de dezembro de 2012, 13.302, de 27 de junho de 2016, e 14.526, de 9 de janeiro de 2023, inclusive os ainda não implementados, mantidos seus efeitos financeiros para todos os fins.

§ 1º É afastada a vedação contida no parágrafo único do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), no que for contrário ao disposto nesta Lei, e preservados os atos administrativos praticados.

§ 2º Os efeitos financeiros dos atos administrativos praticados com fundamento nos reajustes concedidos pelas normas a que se refere o **caput** integram, para todos os efeitos, o valor da vantagem prevista no **caput** do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), e são insuscetíveis de redução, compensação ou absorção.

Art. 2º A manutenção da vantagem pessoal nominalmente identificável de que trata o art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), pelo art. 18 da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, abrange a incorporação de função de direção, chefia ou assessoramento correspondente ao período entre a edição da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998, e a Medida Provisória nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.

§ 1º Considera-se a manutenção da vantagem pessoal referida no **caput** como coisa julgada material para os fins estabelecidos na modulação de efeitos do Acórdão prolatado pelo Supremo Tribunal Federal nos Embargos Declaratórios nos Embargos Declaratórios no Recurso Extraordinário nº 638.115 – Ceará.

§ 2º Os efeitos financeiros dos atos administrativos praticados com fundamento no disposto no **caput** são preservados para todos os efeitos e são insuscetíveis de redução, compensação ou absorção.

Art. 3º São mantidos os efeitos dos atos administrativos praticados com fundamento nas normas a que se refere o art. 16 da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, inclusive os derivados do art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Estatuto do Servidor Público Federal), até a data desta Lei.



* C D 2 4 3 4 2 6 3 8 0 2 0 0 *

Parágrafo único. A partir da publicação desta Lei, as vantagens pessoais decorrentes dos atos mencionados no **caput** ficam transformadas em parcelas compensatórias a serem absorvidas pelos reajustes remuneratórios decorrentes de leis posteriores.

Art. 4º É reconhecido que o art. 16 da Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010, convalidou todos os atos administrativos até então praticados em relação às vantagens pessoais nominalmente identificáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 20 de maio de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



* C D 2 4 3 4 2 2 6 3 8 0 2 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

| | |
|--|---|
| LEI N° 11.170, DE 2 DE SETEMBRO DE 2005 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2005-09-02;11170 |
| LEI N° 12.779, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2012-12-28;12779 |
| LEI N° 13.302, DE 27 DE JUNHO DE 2016 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016-06-27;13302 |
| LEI N° 14.526, DE 09 DE JANEIRO DE 2023 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-01-09;14526 |
| LEI N° 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-12-11;8112 |
| LEI N° 12.300, DE 28 DE JULHO DE 2010 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2010-07-28;12300 |
| LEI N° 9.624, DE 2 DE ABRIL DE 1998 | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-04-02;9624 |
| MEDIDA PROVISÓRIA NO 2.225- 45, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001. | https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:200109-04;2225-45 |

| |
|-------------------------|
| FIM DO DOCUMENTO |
|-------------------------|